



PREVALÊNCIA DE CASOS DE INTERNAÇÕES POR DESNUTRIÇÃO E DE HOSPITALIZAÇÕES POR OBESIDADE EM CRIANÇAS E JOVENS ENTRE OS ANOS DE 2019 E 2023 NO BRASIL

MARIA EDUARDA OLIVEIRA; IZABELLA CÉZAR FERNANDES VIEIRA; JOÃO VICTOR TRSITÃO DE PÁDUA; VINÍCIUS JOSÉ DE OLIVEIRA

RESUMO

A transição nutricional brasileira revela um paradoxo de desnutrição e obesidade, com fatores econômicos, sociais e raciais amplificando o problema. Enquanto a desnutrição infantil persiste, prejudicando o desenvolvimento físico e mental, a obesidade também ganha destaque como preocupação de saúde pública devido às suas implicações crônicas e repercussões a longo prazo. Esta realidade, especialmente entre grupos vulneráveis como indígenas, pretos e pardos, reflete as desigualdades de acesso à alimentação saudável e expõe o impacto da pobreza. Com altos custos em saúde e impacto socioeconômico, essa questão demanda maior atenção e ação das políticas públicas. O estudo objetiva analisar o número de notificações de internações por desnutrição e obesidade em crianças e adolescentes, de 0 a 14 anos, no Brasil nos últimos cinco anos (2019 a 2023), comparando a prevalência de ambas as taxas entre os diferentes grupos étnicos. Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, ecológico, transversal e quantitativo, efetuado a partir de dados secundários do Departamento de Informática do Ministério da Saúde (DATASUS). Ao final, com a análise epidemiológica dos últimos cinco anos sobre as complicações associadas à nutrição infantil no Brasil, observou-se a complexidade e as tendências dos extremos nutricionais, desnutrição e a obesidade, sua conexão com fatores socioeconômicos, raciais e históricos, que exercem uma influência nítida sobre esses quadros, havendo necessidade de políticas emergenciais que levem em consideração essa realidade, visando também trabalhar no manejo preventivo das complicações de ambas condições. Desta forma, prevenindo gastos hospitalares futuros e oferecendo qualidade de vida e saúde à população infanto-juvenil.

Palavras-chave: obesidade pediátrica; transtornos nutricionais infantis; subnutrição; fatores de raça; adolescentes.

1 INTRODUÇÃO

A prevalência da desnutrição e obesidade pueril evidencia uma realidade paradoxal e complexa dos fatores econômicos, sociais e raciais que permeiam o Brasil. Desta maneira, a desnutrição infantil é um estado patológico com potenciais consequências irreversíveis para o desenvolvimento físico e mental (Silva, 2012). Assim, sendo uma das principais preocupações de saúde pública no Brasil, haja vista que a deficiência de nutrientes e vitaminas fundamentais para o crescimento e cognição do paciente pediátrico representa também riscos de morbimortalidade infantil e maiores custos hospitalares (Mendes *et al.*, 2024).

Em uma atual contradição, a obesidade infantil também tem sido um assunto relevante para a saúde pública, constituindo-se como uma doença crônica que gera repercussões sistêmicas, resultando em problemas cardiovasculares, metabólicos e psicossociais que manifestam principalmente na vida adulta (Capistrano *et al.*, 2022). Posto isso, as consequências abrangem para além de maiores gastos nosocomiais, menores oportunidades educacionais e profissionais repercutindo ciclos de pobreza e desigualdade social (Henriques *et al.*, 2020).

Salienta-se que a coexistência entre obesidade e desnutrição em crianças de 0 a 4 anos acentua significativas adversidades no Brasil, que atingem a má distribuição de alimentos coincidindo com a inacessibilidade de uma alimentação de qualidade (Coutinho *et al.*, 2008).

Indubitavelmente, o âmbito da desnutrição e excesso de peso no país atravessam o progresso histórico das esferas sociais, políticas e econômicas (Souza *et al.*, 2017). Mediante a isso, grupos historicamente marginalizados como pretos, pardos e indígenas, tendem a enfrentar os dois extremos nutricionais (Heinz *et al.*, 2022). Antigamente, associava-se primordialmente apenas a fome aos grupos vulneráveis. Porém, enquanto a desnutrição infantil ainda existe, ela contracenava com a obesidade crescente que aflige famílias de baixa renda em que alimentos ultraprocessados possuem um valor mais acessível e o exercício físico é limitado (Oliveira, 2004). De modo resultante a este processo, nomeia-se como “transição nutricional”, ou seja, o padrão alimentar majoritário da população está se transformando, tendendo a adoecimentos e óbitos envolvendo substancialmente doenças crônicas não transmissíveis, como dislipidemias e a diabetes mellitus tipo 2, e tais mudanças atingem mormente crianças menores que um ano e idosos acima dos 60 anos (Santos *et al.*, 2023).

Assim, o presente estudo pretende analisar o número de notificações de internações por desnutrição e obesidade em crianças e adolescentes de 0 a 14 anos no Brasil, nos últimos cinco anos (2019 a 2023), comparando a prevalência de ambas as taxas entre os diferentes grupos étnicos. Adicionalmente, almeja-se que as informações coletadas e sumarizadas aqui sirvam de embasamento para um olhar mais crítico ao panorama atual, alicerçando a tomada de decisões e raciocínios acerca das medidas políticas e de saúde em todos os níveis da União.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, ecológico, transversal e quantitativo, efetuado a partir de dados secundários do Departamento de Informática do Ministério da Saúde (DATASUS). Foram selecionadas as variáveis étnicas disponibilizadas no Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Por se tratar de pesquisa com dados secundários não houve necessidade de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aprovação por um Comitê de Ética para sua realização. As variáveis utilizadas para este estudo foram a frequência de notificações de desnutrição e obesidade em pacientes pediátricos de 0 a 14 anos, comparando as diferentes cores/raças entre os anos de 2019 e 2023.

Para calcular a taxa de prevalência anual, foi utilizado como numerador o número de notificações em cada ano e como denominador a população brasileira total de uma das etnias correspondente ao determinado ano, consoante a projeção do Censo Demográfico Brasileiro (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2023). Os resultados da divisão foram multiplicados por cem mil habitantes, adaptado de Oliveira *et al.* (2023).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O número da prevalência de internações por desnutrição de pessoas pretas, em 2019, iniciou com 0,66 e elevou-se de forma alarmante para 6,61 por 100.000 habitantes no ano de 2020 e em 2023 apesar de menor do que em seu auge, em 2020, contando com 1,29 por 100.000 habitantes, permaneceu apresentando um número ainda maior no primeiro ano analisado, sendo 2019 o menor número de casos. Enquanto, os dados acerca da população branca oscilam de maneira tendenciosa a progressão, atingindo seu ápice no ano de 2023, com uma taxa de prevalência em 1,54 por 100.000 habitantes, no entanto, se somado dentre os cinco anos em relação a população preta, há discrepâncias significativas, com as crianças e jovens da cor preta tendo quase o dobro de casos.

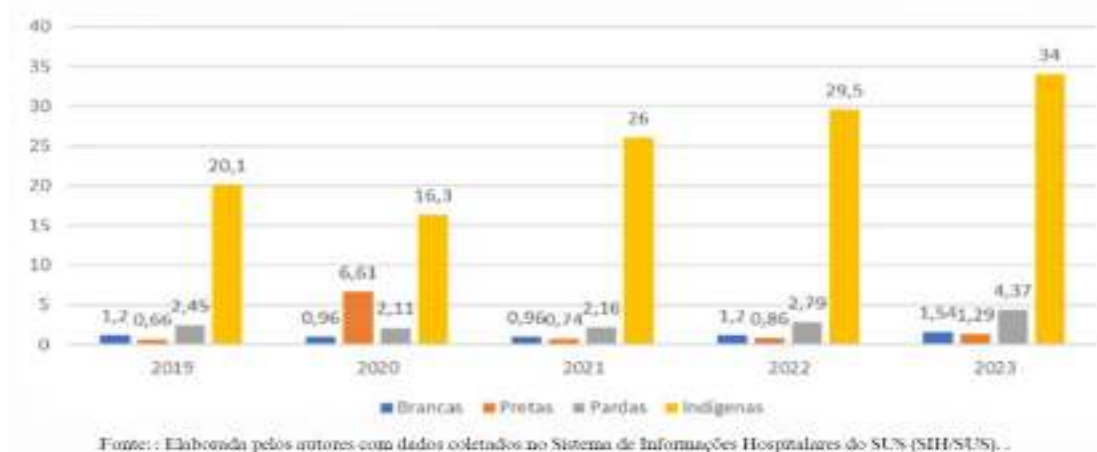
Em outras palavras, ao longo dos cinco anos 5,86 por 100.000 habitantes de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos da cor branca foram internados por causas associadas à desnutrição,

ao passo que pacientes pediátricos pretos contaram com 10,16 por 100.000 internações pelo mesmo motivo.

Os pardos desde o ano de 2019 até 2021, diminuíram ligeiramente por tempo determinado até o início de 2022 progredindo para o maior valor de 4,37 por 100.00 habitantes em 2023, como mostra a Figura 1. Ademais, se sumarizados todos os anos, contaríamos com a segunda raça/cor de infanto-juvenis mais hospitalizados devido a deficiências nutritivas, contando com 13,88 pardos por 100.000 habitantes. Por fim, destaca-se a população indígena, com os maiores valores em relação aos demais ao longo dos cinco anos consecutivos. Apenas uma queda entre 2019 a 2020, de 20,1 por 100.000 para 16,3 por 100.000, porém, já em 2021 contando com 26 por 100.000 habitantes.

Prosseguindo, então, com uma elevação ao decorrer do tempo de estudo, tendo seu ápice em 2023 com 34 por 100.00 habitantes. Salienta-se também que, em 2023, é possível observar um aumento significativo no número de internações em todas as categorias raciais, sugerindo uma piora nas condições socioeconômicas e no acesso a uma alimentação adequada, como mostra a Figura 1.

Figura 1- Prevalência de Desnutrição Infantil por Raça/Categoria (2019-2023).



Na análise da Figura 2, quanto a internações relacionadas à obesidade e raça/cor ao longo de 2019 a 2023, revela-se um número significativamente mais baixo em comparação com os dados de desnutrição, ao mesmo tempo em que o perfil racial foi fracamente categorizado, o que pode indicar uma subnotificação dos casos de obesidade infantil. Além de que é possível sintetizar no decorrer do período da pesquisa existe proximidade nos números entre crianças e jovens brancos e pardos internados por causas associadas à obesidade, contando com aproximadamente 0,008 pardos por 100.000 e 0,009 por 100.000.

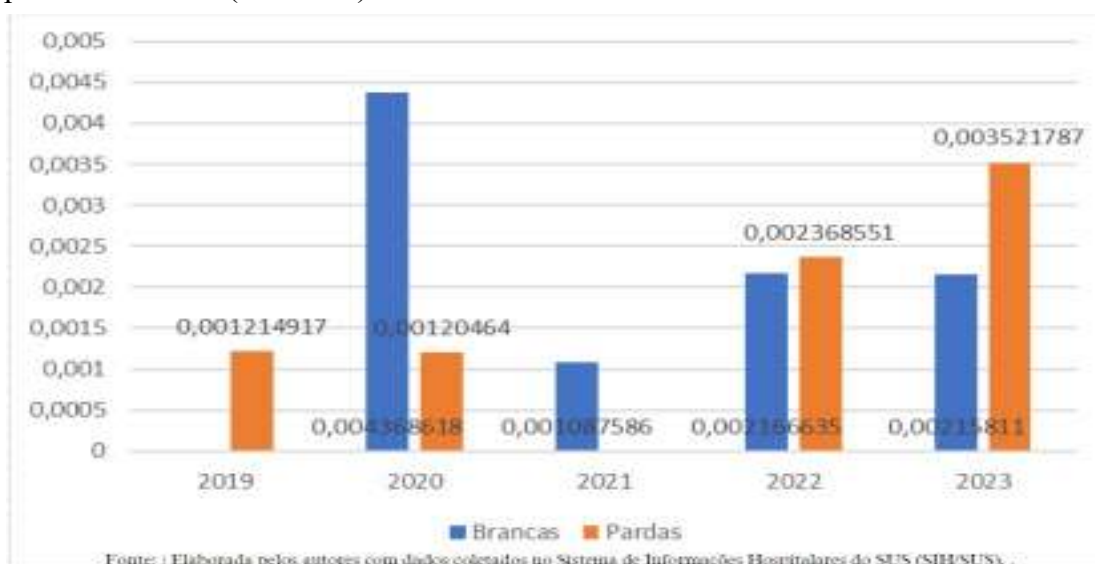
É válido enfatizar que os dados estão relacionados ao fato de que, na infância, a obesidade em si geralmente não é o motivo primário de internações hospitalares; em vez disso, as internações estão mais frequentemente ligadas a condições secundárias associadas, como diabetes tipo 2, hipertensão, e outros distúrbios metabólicos que aparecem mais tardiamente durante a vida (Meller *et al.*, 2014).

A distribuição de casos por raça indica uma concentração entre crianças pardas e brancas, enquanto a população indígena, apesar de representar um grupo vulnerável em termos de nutrição, mostra baixas taxas de obesidade, o que pode refletir tanto hábitos alimentares distintos quanto o impacto das condições de subsistência e isolamento geográfico (Fávaro *et al.*, 2019).

O Sistema de Informação de Atenção Integral ao Indígena (SIASI) revela que enquanto o excesso de peso de crianças e adolescentes é uma preocupação crescente nas áreas suburbanas

mais carentes, o atraso no crescimento e desenvolvimento cognitivo por desnutrição ainda é um dos maiores desafios enfrentados por esses povos tradicionais (JR., 2014). Ainda, segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2019), quase 30% das crianças indígenas menores de cinco anos sofrem com a desnutrição no mundo e, no Brasil no ano de 2018, contava-se com 28,6% nesta mesma categoria.

Figura 2- Elaborada pelos autores com dados coletados no Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).



O cenário demográfico brasileiro, a partir da metade do século XX, transformou-se, juntamente ao perfil de morbimortalidade e invalidez da população (Carvalho *et al.* 2008). Posto isso, destaca-se uma transição nutricional e epidemiológica, a última associada às elevadas taxas de morbidade e mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) em relação ao decréscimo das doenças infecciosas e parasitárias (Simões *et al.*, 2021). É válido frisar que o estado nutricional das crianças é considerado como parâmetro avaliativo para perspectivas de condição de saúde e qualidade de vida de uma população, além dos cernes econômicos e sociais (Monteiro *et al.*, 2009).

Tendo isso em vista, ao avaliarmos o ano 2023 com crianças da raça indígena com maiores números de internações por desnutrição e o ano 2020 com maiores números de internações por obesidade em pueris da cor branca, percebemos o atravessamento do complexo multifatorial, social e racial que levam aos extremos nutricionais.

Consoante às consequências sociais, políticas e econômicas da desordem alimentar na infância, há também aquelas individuais de curto a longo prazo, desde desempenho escolar comprometido a limitações físicas e menor produtividade na vida adulta e, dando destaque à obesidade principalmente, ao alto risco de desenvolvimento das DCNT's (Capistrano *et al.*, 2022). Especialmente em pacientes pediátricos menores de cinco anos, a deficiência nutritiva e a excedente adiposidade são considerados quadros de alerta, o primeiro pelos retardos de crescimento e cognição em conjunto a maior suscetibilidade a doenças infectocontagiosas; o segundo cenário, fundamentalmente aos efeitos futuros relacionados às DCNT e aos prejuízos emocionais e comportamentais (Pereira *et al.*, 2017).

Logo, o baixo número de internações por obesidade infantil concerne com o fato de que as internações não são especificamente em decorrência da obesidade, mas sim do impacto a longo prazo e das comorbidades consequentes, como diabetes tipo 2, hipertensão e dislipidemias, sendo estas que demandam hospitalizações frequentemente (Meller *et al.*, 2014).

Mediante aos tardios desfechos do sobrepeso, o presente estudo revelou baixos números

de internações ligadas à obesidade, contracenando, com uma realidade exposta pelo Ministério da Saúde em que a doença afeta 13,2% das crianças entre 5 e 9 anos. Nessa faixa-etária, 28% das crianças apresentam excesso de peso, um sinal de alerta para o risco de obesidade ainda na infância ou no futuro. Entre os menores de 5 anos, o índice de sobrepeso é de 14,8%, sendo 7% já apresentando obesidade. Contando com 3,1 milhões de crianças obesas no país (Brasil, 2021).

O diferimento dos dados também se associa a uma possível subnotificação dos casos de obesidade infantil, dada a ausência de protocolos robustos para o diagnóstico e tratamento dessa condição em idades tão precoces. Isso pode resultar em um panorama distorcido, onde as repercussões da obesidade são tratadas, enquanto a própria condição permanece inadequadamente registrada e abordada (Pimenta *et al.*, 2015). Portanto, a carência de dados sobre internações por obesidade, não deve ser interpretada apenas como um reflexo da realidade da saúde infantil, mas sim como um indicativo da necessidade de uma reavaliação das práticas de monitoramento e tratamento da obesidade na infância.

Reforça-se ainda a associação entre os contextos de pobreza e insegurança alimentar com os grupos factualmente apartados e maiores riscos de desenvolvimento de desnutrição e obesidade (Santos, 2023). Esse cenário é exacerbado em regiões, a qual possui elevadas taxas de pobreza, como o Nordeste, apesar de haver tendências nos casos de quedas no número de pessoas desnutridas, ainda sim se observa alarmantemente no ano 2023 indivíduos indígenas ocupando os leitos de internação por escassez alimentar (Henriques *et al.*, 2020).

Por outro lado, a obesidade vem ocupando espaço maior no contexto de famílias baixa renda, principalmente em periferias urbanas, apesar de casos difusos entre as diferentes classe, sendo que no ano de 2020 com maiores índices de hospitalização infantil relacionados a elevada adiposidade em brancos e certa similaridade ao número de pardos durante os anos analisados, uma realidade que reflete a carente equidade estrutural e a transição nutricional, em que se acessa o alimento, porém, a qualidade do mesmo é deficiente (Souza *et al.*, 2017).

Recorda-se ainda que em 2014 o Brasil conquistou sua retirada do mapa da fome, no entanto, devido a mudanças internas e globais, como a pandemia da Covid-19, ele retornou em 2022 e, em 2023, assumiu-se uma nova estratégia, “Plano Brasil Sem Fome” (Brasil, 2023), posto isso, o presente estudo mapeia a população mais vulnerável e que necessita de maior atenção governamental para o combate eficaz e integral da carência alimentícia. Ao ressaltar sobre a obesidade, demonstra a idealidade de ação que deveria visar evitar o desenvolvimento de doenças secundárias. Entretanto, as internações ocorrem quando as condições se agravam, levando à necessidade de intervenções médicas imediatas (Coutinho *et al.*, 2008).

Ademais, os dados dispersos e pouco específicos de internações decorrentes de obesos pediátricos, sinaliza uma falha na identificação precoce e no manejo eficaz da doença, refletindo a necessidade de um sistema de saúde que priorize a vigilância e a intervenção antes que as complicações se tornem críticas. Necessitando-se maiores olhares para a transição nutricional e epidemiológica, considerando os aspectos populacionais da sociedade brasileira, haja vista que nitidamente os grupos historicamente excluídos e agredidos, com quadro de maior vulnerabilidade quanto seu direito básico de alimentação.

4 CONCLUSÃO

Por conseguinte, a partir da análise epidemiológica ao longo dos últimos cinco anos relacionados a complicações que permeiam a nutrição infantil no Brasil, desnutrição e obesidade. Evidencia-se suas relações aos aspectos socioeconômicos, raciais e, indivisivelmente, históricos. Esses extremos afetam as populações mais vulneráveis, o que condiz com a desnutrição, os povos indígenas em primeiro lugar. Além de que a literatura demonstrou a obesidade e sua relação com a insegurança alimentar. Portanto, ambas as condições possuem caráter emergencial na promoção de políticas preventivas e equitativas, priorizando não apenas a saúde e qualidade de vida infanto-juvenil, mas também elevando os

parâmetros sociais e quebrando ciclos de pobreza. Exige-se que as causas e consequências possuam abordagem multidimensional e inclusiva, adicionando os efeitos a longo prazo e a vulnerabilidade dos grupos historicamente desfavorecidos como estratégia também de prevenção às internações hospitalares principalmente associadas às DCNT's.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Governo Federal lança Plano Brasil Sem Fome com foco na erradicação da fome até 2030**. Portal Planalto, 30 de ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/governo-lanca-plano-brasil-sem-fome>. Acesso em: 28 out. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Obesidade Infantil afeta 3,1 milhões de crianças menores de 10 anos no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
- CARVALHO, J. A. M. DE; RODRÍGUEZ-WONG, L. L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. 597–605, 2008.
- COUTINHO, J. G.; GENTIL, P. C.; TORAL, N. A desnutrição e obesidade no Brasil: o enfrentamento com base na agenda única da nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. s332–s340, 2008.
- CAPISTRANO, G. B. et al. Obesidade infantil e suas consequências: uma revisão da literatura. **Conjecturas**, v. 22, n. 2, p. 47–58, 2022.
- FÁVARO, T. R. et al. Excesso de peso em crianças indígenas Xukuru do Ororubá, Pernambuco, Brasil: magnitude e fatores associados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. suppl 3, 2019.
- HEINZ, C. et al. Prevalência de excesso de peso infantil no Brasil: revisão sistemática. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e4911426685, 2022.
- HENRIQUES, P. et al. Ideias em disputa sobre as atribuições do Estado na prevenção e controle da obesidade infantil no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 11, 1 jan. 2020
- JR., E. A. C. Saúde e povos indígenas no Brasil: reflexões a partir do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 4, p. 855–859, 2014.
- MELLER, F. DE O.; ARAÚJO, C. L. P.; MADRUGA, S. W. Fatores associados ao excesso de peso em crianças brasileiras menores de cinco anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 943–955, mar. 2014.
- MENDES, G. et al. Desnutrição Infantil no Brasil em 2024: Análise Atual da Morbidade Hospitalar e Seus Impactos. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 7, p. 2031–2041, 2024.
- MONTEIRO, C. A. et al. Narrowing socioeconomic inequality in child stunting: the Brazilian experience, 1974–2007. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 88, n. 4, p. 305–311,

8 Dez. 2009.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. UNICEF. **Quase 30% das crianças indígenas com menos de 5 anos sofrem de desnutrição**. Nações Unidas Brasil, 2019. Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/84395-quase-30-das-crian%C3%A7as-ind%C3%ADgenas-com-menos-de-5-anos-sofrem-de-desnutri%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 28 out. 2024.

OLIVEIRA, V. J. de et al. Analysis of schistosomiasis cases and deaths in Brazil: epidemiologic patterns and spatio-temporal distribution, 2010 - 2022. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 47, n. 2, p 39 - 52, 2023.

OLIVEIRA, R. C. D. A transição nutricional no contexto da transição demográfica e epidemiológica. **Rev. Min. Saúde públ.**, [s. l.], v.3, n. 5, p. 16 - 23, 2004.

SANTOS, M. F. S. R. et al. Obesidade infantil no Brasil: Uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 11, p. e59121143699–e59121143699, 2023.

SILVA, R. P. **Desnutrição Infantil: um problema a ser enfrentado**. 2012. 10f. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, Universidade Federal de Minas Gerais. Corinto, 2012.

SIMÕES, T. C. et al. Prevalências de doenças crônicas e acesso aos serviços de saúde no Brasil: evidências de três inquéritos domiciliares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 9, p. 3991–4006, set. 2021.

SOUZA, N. P. DE et al. A (des)nutrição e o novo padrão epidemiológico em um contexto de desenvolvimento e desigualdades. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 7, p. 2257–2266, 2017.

PEREIRA, I. F. DA S. et al. Estado nutricional de menores de 5 anos de idade no Brasil: evidências da polarização epidemiológica nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 10, p. 3341–3352, 1 out. 2017.

PIMENTA, T. A. M. et al. Políticas Públicas de Intervenção na Obesidade Infantil no Brasil: uma Breve Análise da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e Política Nacional de Promoção da Saúde. **UNOPAR Cient., Ciênc. biol. saúde**, v. 17, n. 2, p. 46-139, 2015.